

# REGULAMENTAÇÃO E POLÍTICAS EM EAD

## Ementa

Política educacional: conceito, características, contextualização social. Diretrizes da educação no Brasil: das constituintes à Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Políticas públicas para EaD: abordagem da EaD na LDB, legislação e normas da Educação Superior, legislação brasileira sobre educação a distância. Diretrizes curriculares nacionais da educação superior. Marco regulatório da educação superior no Brasil. Novo Marco Regulatório para EaD (maio/2017). Avaliação do ensino superior: instâncias, Sinaes, implicações na EaD, portarias normativas vigentes. Atos regulatórios e sua aplicação na EaD: credenciamento institucional, recredenciamento institucional, autorização de curso, reconhecimento de curso, renovação de reconhecimento de curso. Organização institucional para os atos regulatórios e avaliação institucional interna e externa. Documentos institucionais contextualizados à EaD: PDI, Regimento interno, PPC.

## Temas

1. A Educação Superior no Brasil e a modalidade EaD
2. Políticas públicas para a Educação Superior a Distância
3. Organização da EaD
4. Atos regulatórios para EaD
5. Avaliação na Educação Superior - EaD

## Referências bibliográficas

- ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 31, v. 3, p. 321-338, jul./set. 2015.
- BARAÚNA, S. M.; ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Políticas públicas em educação a distância: aspectos históricos e perspectivas no Brasil. *Revista Eletrônica Pesquisaeduc*, Santos, v. 4, n. 8, p. 279-295, jul./dez. 2012.
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. [E-book].
- BRASIL. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm) Acesso em: 15 set. 2023.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, *Diário Oficial*, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso: 13 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> Acesso em: 27 set. 2023
- CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. B. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.
- LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
- MARIA, C. MATTAR, J. ABC da EaD. 1. ed. São Paulo: Pearson. Prentice Hall, 2007.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2007.
- NOGUEIRA, D. X. P. A educação a distância no Brasil: da LDB ao novo PNE. In: Anais do XXV Simpósio da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, São Paulo, abr. 2011.
- RIBEIRO, Renata Aquino. Introdução à EaD. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- SILVA, R. S. Gestão de EAD: educação a distância na era digital. São Paulo: Novatec, 2013.

SANT ANA, T. D. et al. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. Alfnas: FORPDI, 2017.